



---

**O ECOTURISMO NA REGIÃO DO BAIXO PARNAÍBA MARANHENSE:  
possibilidades para um desenvolvimento econômico e sustentável**

**ECOTOURISM IN THE LOWER PARNAÍBA MARANHENSE REGION:  
possibilities for economic and sustainable development**

**ECOTURISMO EN LA REGIÓN MARANHENSE DEL BAJO PARNAÍBA:  
posibilidades de desarrollo económico y sostenible**

---

**Milena Meireles Alves**

Graduada em Turismo pela Universidade federal do Maranhão, Centro de Ciências de São Bernardo. Foi bolsista do PIBIC no projeto de pesquisa *O desenvolvimento do turismo no Maranhão: potencial dos segmentos de Ecoturismo e Turismo de Aventura em São Bernardo/Baixo Parnaíba Maranhense*.

E-mail: [milena.meireles@discente.ufma.br](mailto:milena.meireles@discente.ufma.br)  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-0748-5345>

**Mateus de Sá Barreto Barros**

Graduado em Turismo, Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pelo Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente Universidade Federal de Pernambuco (PRODEMA/UFPE), Doutor em Ciências pelo Programa de Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da Universidade de São Paulo (DIVERSITAS/USP).

E-mail: [msb.barros@ufma.br](mailto:msb.barros@ufma.br)  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5612-7658>

---

**RESUMO**

O presente artigo tem como objetivo geral analisar as possibilidades de desenvolvimento sustentável a partir da atividade turística, levando em consideração os aspectos sociais, culturais e econômicos na região do Baixo Parnaíba Maranhense, observando seu potencial e o segmento do ecoturismo, destacando a cidade de São Bernardo. Sua metodologia foi orientada pela investigação qualitativa, exploratória e bibliográfica. Nesse caminho, fez-se um breve levantamento sobre a história do ecoturismo no Brasil, bem como as políticas públicas elaboradas para a atividade e o potencial deste segmento no Baixo Parnaíba Maranhense. Apesar dos avanços na conceitualização e estruturação, o conjunto de normalização da atividade, prejudica a inserção de novos empreendedores para se chegar de fato a comercialização. A cidade de São Bernardo, Maranhão, assim como outras cidades do Baixo Parnaíba Maranhense possuem grandes recursos naturais, especialmente o bioma tipo cerrado, contendo uma vasta área natural propícia ao segmento e, mesmo sendo um longo caminho a se trilhar pela falta de serviços de infraestrutura básica, apoio à atividade turística e treinamentos especializados para os condutores da atividade, pode alcançar os critérios estabelecidos pelo Ministério do Turismo para execução da atividade turística.

**Palavras-chave:** Turismo, Ecoturismo, Desenvolvimento Sustentável e Baixo Parnaíba Maranhense

## ABSTRACT

This paper has the general objective of analyzing the possibilities of sustainable development from the tourist activity, taking into account the social, cultural and economic aspects in the region of Baixo Parnaíba Maranhense, observing its potential for the ecotourism segment, highlighting the city of São Bernardo. Its methodology was guided by qualitative, exploratory and bibliographic research. In this way, a brief survey was made on the history of ecotourism in Brazil, as well as the public policies elaborated for the activity and the potential of this segment in Baixo Parnaíba Maranhense. Despite the advances in conceptualization and structuring, the set of normalization of the activity, hinders the insertion of new entrepreneurs to actually reach commercialization. The city of São Bernardo, Maranhão, as well as other cities in the lower part of Parnaíba Maranhense, have great natural resources, especially the savanna-type biome, containing a vast natural area suitable for the segment and, even though it is a long way to go due to the lack of basic infrastructure services, support for tourist activity and specialized training for activity drivers, it can reach the criteria established by the Ministry of Tourism for carrying out the tourist activity.

**Keywords:** Tourism, Ecotourism, Sustainable Development and Baixo Parnaíba Maranhense

## RESUMEN

El presente artículo tiene como objetivo general analizar las posibilidades de desarrollo sostenible de la actividad turística, teniendo en cuenta los aspectos sociales, culturales y económicos en la región del Baixo Parnaíba Maranhense, observando su potencial para el segmento de ecoturismo, destacando la ciudad de São Bernardo. Su metodología estuvo guiada por investigaciones cualitativas, exploratorias y bibliográficas. De esta forma, se realizó un breve encuesta sobre la historia del ecoturismo en Brasil, así como las políticas públicas elaboradas para la actividad y el potencial de este segmento en el Bajo Parnaíba Maranhense. A pesar de los avances en conceptualización y estructuración, el conjunto de normalización de la actividad, dificulta la inserción de nuevos empresarios para llegar efectivamente a la comercialización. La ciudad de São Bernardo, Maranhão, así como otras ciudades de la Región del Bajo Parnaíba Maranhense, tienen grandes recursos naturales, especialmente el bioma tipo cerrado, que contiene una vasta área natural adecuada para el segmento y, aunque es un largo camino por recorrer debido a la falta de infraestructura básica, apoyo a la actividad turística y formación especializada para los líderes de la actividad, puede cumplir con los criterios establecidos por el Ministerio de Turismo para la ejecución de la actividad turística.

**Palabras clave:** Turismo, Ecoturismo, Desarrollo Sostenible y Bajo Parnaíba Maranhense.

---

## INTRODUÇÃO

O turismo constitui-se como uma força econômica das mais importantes no mundo, fomentando a circulação, o consumo (o que proporciona o aquecimento do mercado) e a geração de renda, conjugando-se, desse modo, a oferta e a procura (Cabugueira, 2005). Assim, o turismo se caracteriza como ferramenta para o desenvolvimento social e econômico de cidades, estados

e regiões, sendo dividido por segmentos que norteiam um público-alvo e um objetivo de passeio e experiência a serem transmitidos.

Dentre os diversos segmentos da atividade turística, o ecoturismo vem se destacando, haja vista seus objetivos remeterem ao uso dos recursos naturais de uma maneira consciente e sustentável, propondo valorizar os aspectos culturais e sociais das comunidades visitadas. Sem mencionar o papel educativo que este segmento pode assumir. Com isso, este trabalho surge, tanto pelo apreço a forma de como o turismo modifica lugares quanto pela preocupação de como estas alterações podem se constituir já que, a vasta literatura demonstra o potencial surgimento de impactos, sobretudo os negativos. Outro fator de motivação foi a participação em um projeto de pesquisa voltado ao segmento de ecoturismo e turismo de aventura<sup>1</sup>, contudo, neste trabalho, propõe-se trabalhar, única e exclusivamente, com o segmento do ecoturismo.

O tema ecoturismo como instrumento para o desenvolvimento econômico foi escolhido, pois acredita-se que o turismo quando inserido em determinado lugar de maneira correta, envolvendo o setor público, privado e a comunidade local é o caminho certo a seguir para o bem-estar de turistas e moradores, trazendo assim uma renda extra à comunidade, e melhores cuidados aos pontos turísticos e aos ambientes públicos e privados da cidade. Nesse sentido, o foco da pesquisa são as cidades pequenas (interioranas) que apesar da escala espacial reduzida, não se isentam desses problemas.

No que diz respeito às cidades da região do baixo Parnaíba Maranhense, existem aspectos em comum que acabam por dificultar a inserção da atividade turística, em especial o ecoturismo no plano de atuação dos municípios, tais quais: i) a degradação do meio ambiente que ocorre devido ao processo de expansão da soja, consequência da pouca diversificação da atividade econômica e concentração produtiva em produtos de exportação; ii) a pouca valorização das manifestações e das identidades culturais, negligenciando assim, um dos

---

<sup>1</sup> O projeto de pesquisa intitulado O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO MARANHÃO: potencial dos segmentos de Ecoturismo e Turismo de Aventura em São Bernardo/ Baixo Parnaíba Maranhense, tinha como objetivo, analisar os desafios, as nuances e perspectivas do desenvolvimento turístico no município de São Bernardo, Região do Baixo Parnaíba Maranhense, observando às possibilidades de interiorização da atividade turística no estado do Maranhão, assim como sua estruturação e segmentação, principalmente aquelas não vinculadas ao turismo de massa, tal qual: Ecoturismo, Turismo de Aventura, foi realizado em agosto de 2020 a julho de 2021, por conta da pandemia Covid 19, não foi possível ir a campo, assim sendo feitos apenas levantamentos bibliográficos sobre o tema proposto.

atributos mais ricos a serem explorados pela atividade turística; e iii) a falta de conhecimento dos gestores municipais sobre a atividade.

Nesse caminho, com o intuito de elucidar melhor as questões relativas ao ecoturismo, dividiu-se o presente trabalho em três tópicos, além da introdução e considerações finais: no primeiro buscou-se identificar as bases do segmento do ecoturismo, procurando saber como ocorreu sua inserção no Brasil e qual sua importância para a atividade turística. No segundo tópico, empreendeu-se esforços para tentar entender as ações do poder público para o setor do turismo e ecoturismo no Brasil e no estado do Maranhão. No terceiro, por sua vez, procurou-se descrever a região do Baixo Parnaíba Maranhense destacando, o bioma e suas belezas naturais propondo também possíveis pontos turísticos a serem visitados e um roteiro de visita à cidade de São Bernardo.

## **METODOLOGIA**

Este trabalho foi baseado em uma pesquisa qualitativa possuindo teor exploratório e bibliográfico, levando em consideração os poucos dados disponíveis sobre a região do Baixo Parnaíba Maranhense e a cidade de São Bernardo, Maranhão. No primeiro momento foi feito um levantamento bibliográfico de fontes primárias e secundárias, documentos publicados pelo Ministério do Turismo, livros, artigos e textos relacionados à sustentabilidade, turismo e o segmento do ecoturismo, a fim de compreender melhor suas bases. No segundo momento, foram levantadas informações sobre a região com uma pesquisa de campo, que aconteceu com a visita aos lugares pesquisados fazendo uma observação e registro, tentando entender seu território, atrativos turísticos, e como o turismo vem acontecendo na região, assim observando o que tem para atrair turistas e o que falta ser desenvolvido.

Deste modo, alcançou-se entendimento sobre o ecoturismo através das seguintes contribuições documentais: Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente (1991), Novais (1992), Brasil (1994), Correia (2003) e Brasil (2010); já sobre políticas de legislação do turismo: Brusadin (2002), Brasil (2013), Brasil e Capela (2016) e Arantes (2017), foram também usadas algumas contribuições encontradas que tratam sobre a Região do Baixo Parnaíba Maranhense que são elas: Lago, Araujo e Teles (2009), Azevedo, Dantas e Farias (2016), Coutinho e Lima (2019) e IBGE (2022).

A pesquisa realizada foi qualitativa, os dados coletados são descritivos retratando os elementos existentes na realidade pesquisada. A pesquisa exploratória teve o papel de preencher algumas brechas que apareceram a fim de proporcionar mais informações sobre o assunto investigado, orientando a fixação dos objetivos e formulações das hipóteses (Prodanov e Freitas, 2013). De acordo com Piovesan e Temporini (1995, p. 321):

[...] a pesquisa exploratória leva o pesquisador, freqüentemente, à descoberta de enfoques, percepções e terminologias novas para ele, contribuindo para que, paulatinamente, seu próprio modo de pensar seja modificado. Isto significa que ele, progressivamente, vai ajustando suas percepções.

É muito comum vermos os cidadãos bernardenses valorizarem aspectos paisagísticos de outras localidades, desconhecendo o que a própria cidade tem para oferecer. Isto levou os pesquisadores a explorarem novas áreas, que são utilizadas de maneira corriqueira para os praticantes de caminhada e ciclismo.

Nesse caminho, para embasar a pesquisa exploratória, foi realizada uma pesquisa de campo, que contou com a observação dos espaços propícios para a realização das trilhas, a organização de possíveis roteiros e a seleção destas áreas. Os espaços foram escolhidos pela proximidade com a sede do município, valorizando assim, os aspectos locais, possibilitando aos turistas, passeios sem necessitar de longo deslocamento.

Desse modo foi apontado o potencial para o segmento do ecoturismo na região, procurando evidenciar exemplos de trilhas em algumas áreas da cidade de São Bernardo propícias à atividade, como uma forma alternativa de desenvolvimento pautado na sustentabilidade, uma vez que a monocultura extensiva de produtos agroexportadores, a exemplo da soja, acaba por promover danos ao meio ambiente, tais quais: i) contaminação da água e do solo pelo uso abusivo de agrotóxicos; ii) desmatamento da bioma cerrado; iii) expulsão de pequenos agricultores de suas terras; iv) conflitos agrários; entre outros.

## **HISTÓRIA DO ECOTURISMO NO BRASIL**

A busca por uma harmonia/equilíbrio entre o crescimento urbano e o meio ambiente resultou em diversas discussões globais, das quais cita-se o Relatório de Brundtland - Nosso

Futuro Comum - no qual o termo “desenvolvimento sustentável” ganhou força na política internacional, sendo disseminado a partir do final da década de 1980.

Embora o relatório tenha sido publicado em 1987, sob a coordenação da então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, a ideia de desenvolvimento sustentável já vinha sendo gerido a partir da década de 1970. Tal conceito traz, em sua totalidade, a necessidade de abordar todas as necessidades essenciais para se ter uma boa qualidade de vida, carregando consigo a importância de conter uma visão crítica em relação ao projeto de progresso adotado por países da época.

Ressalta-se também, as limitações que a tecnologia impõe ao mundo, deixando explícito que é possível alcançar o desenvolvimento sem que haja uma exploração dos recursos naturais. Nessa perspectiva, entende-se por desenvolvimento sustentável o fato de adotar medidas que atendam as necessidades do presente sem comprometer a qualidade de vida das gerações futuras (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991).

Com isso, o relatório traz um conceito de desenvolvimento visando, não apenas a economia como também a qualidade de vida da sociedade, ambos articulados para que, no futuro, diminuam as ameaças de crises ecológicas, especialmente de cunho climático (avanço das marés, aquecimento global, queimadas, etc) e sanitárias, que possam prejudicar as próximas gerações. A ideia do modelo proposto de desenvolvimento, garante o uso das riquezas naturais de forma consciente sem prejudicar o uso destas em um futuro próximo.

Nesse caminho, a perspectiva é incentivar atividades e ações que aliem tanto o aspecto ambiental quanto econômico. Desse modo, o turismo foi percebido como um instrumento capaz de direcionar este modelo de desenvolvimento, a partir de segmentos-chave, como o ecoturismo. Este começou a ser discutido por volta de 1985, devido a grande biodiversidade presente no país e o potencial que possuía para a atração de turistas. No entanto, foi apenas em 1987 que o governo brasileiro teve a primeira iniciativa em relação à atividade, ao criar uma comissão técnica para monitorar um projeto de turismo ecológico.

Em 1992, aconteceu a I Conferência Nacional das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, denominada Eco-92 ou Rio-92, em um cenário pautado por resistências do governo estadunidense em aceitar reduzir o consumo de combustíveis fósseis e de outros poluentes, alegando que isto poderia promover a redução do desenvolvimento econômico e social, acarretando na geração de miséria e pobreza. Só após a NASA divulgar os

riscos à população estadunidense, resolveram levar em consideração as mudanças climáticas que os cientistas vinham alertando (Novais, 1992).

Com a Eco-92, foi possível avançar em pesquisas com o intuito de promover a redução das mudanças climáticas e gerar uma consciência ambiental. Contudo, estas pesquisas, em muitos casos, de cunho meramente tecnicista, aconselhavam apenas a mudança da matriz tecnológica, propondo o uso de tecnologias mais limpas que reduzissem o impacto sobre o ambiente ou de técnicas - o plantio de árvores exóticas como o eucalipto - que, em tese, promoveriam o uso racional dos recursos naturais, sem promover a degradação ambiental.

Desse modo, diferentes processos foram adotados pelas empresas para uma mesma finalidade, explorar as florestas, já que cientistas argumentavam que não haveria problema com desmatamento se fosse seguido do plantio imediato, deixando bem claro que as questões ecológicas não eram as pautas prevalecentes.

Nesse contexto, é possível perceber que, mesmo que o evento tenha sido um grande marco, não foi possível formar, de fato, uma preocupação ambiental por parte de Estados e de setores empresariais hegemônicos. Mas, serviu para gerar uma consciência ambiental para uma parte da população, motivando novos padrões de consumo e uma preocupação com as ações antrópicas: uso da água, consumo de energia, compra de produtos advindos de empresas que possuem preocupação ambiental, entre outros (Novais, 1992).

Durante a Conferência foi elaborada a Agenda 21, apontando, de maneira estratégica, o ecoturismo como uma prática conservacionista, comprometido com a natureza, a responsabilidade social e com o desenvolvimento local. Segundo o Ministério do Turismo (2010), o ecoturismo no Brasil, destaca-se a partir do movimento ambientalista, quando os debates sobre a necessidade de conservação do meio ambiente por meio de técnicas sustentáveis alcançaram a atividade turística.

Acredita-se que, devido ao fato de os cidadãos estarem mais conscientes em relação ao consumo e atentos aos problemas ambientais, o ecoturismo, enquanto segmento, está em ascensão por se tratar de uma atividade cuja proposta, além de estar envolvida com a preocupação ambiental, também se caracteriza pela valorização da cultura, da mão de obra local e está comprometida com o desenvolvimento social e econômico.

No entanto, mesmo com tudo isso, o ecoturismo praticado no Brasil é uma atividade ainda desordenada, impulsionada, quase que exclusivamente pela oportunidade mercadológica, deixando, a rigor, de gerar os benefícios socioeconômicos e ambientais esperados e

comprometendo, não raro, o conceito e a imagem do produto ecoturístico brasileiro nos mercados interno e externo (Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, 1994). Esta perspectiva, corrobora com a crítica realizada por Correia (2003, p. 28), quando afirma que:

O ecoturismo no Brasil ainda se desenvolve de forma desordenada, mesmo com a certeza de que o mesmo tenha potencial para tal prática, possui regiões ricas em biodiversidade. No entanto, a imagem reinante no cenário internacional é a da desigualdade social e da violência.

Ainda que haja um processo de normalização da atividade, alguns empresários vendem seu produto como sendo sustentável ou eco-turístico e que no fim, não são nem uma coisa e nem outra, o que provoca um ruído na comunicação e acabam manchando a imagem destes segmentos.

Neste contexto, é primordial o planejamento dos sistemas turísticos com a finalidade de definir as diretrizes básicas que articulam as políticas de turismo de um estado, região ou município (Vieira, 2011). Através do planejamento é possível se chegar ao desenvolvimento de forma organizada tendo como resultado, planos, programas e projetos, conformando as políticas públicas para o setor.

## **Políticas Públicas de Turismo**

Antes de abordarmos as políticas públicas de turismo, propriamente ditas, acredita-se ser necessário falarmos sobre os estudos das políticas públicas enquanto área do conhecimento. Este estudo iniciou-se primeiramente nos Estados Unidos, na década de 1930, após a grande depressão de 1929, que obrigou o Estado a ampliar a sua atuação na economia, assim como também a melhorar os instrumentos relativos à elaboração, monitoramento e avaliação das políticas implementadas. Devido a importância que se obteve, tanto para os governos quanto para a sociedade, a disciplina ganhou proporções globais. No caso brasileiro, o campo das políticas públicas se expandiu a partir da década de 1990, com a redemocratização do país (Madeira et al, 2020).

Através da política são traçadas metas e estratégias, formando a ação do governo, cuja intenção é alcançar os objetivos referente ao país, estado ou cidade, com o intuito de proporcionar a sobrevivência, segurança e bem-estar da população. Para esse processo damos o nome de políticas públicas. Desse modo, as políticas públicas são o resultado da atividade



política, requerem várias ações estratégicas destinadas a implementar os objetivos desejados, por isso envolvem mais de uma decisão política (Arantes, 2017).

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente) (Sousa, 2006).

Por meio dessas políticas, ações são traçadas para se chegar a um dado objetivo, podendo essas ações darem certo ou não e podendo com isso modificá-las sempre que preciso. Nesse caminho, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real (Arantes, 2017).

Na área do governo propriamente dito, a introdução da política pública, como ferramenta das decisões, é produto da Guerra Fria e da valorização da tecnocracia como forma de enfrentar suas consequências (Sousa, 2006). É através de planejamentos e ações propostos pelo governo para avançar na guerra, sem sofrer consequências, que surgem às políticas públicas com a importância de traçar metas e estratégias para se alcançar algo. Mesmo que tenham se iniciado para fins exclusivos dos governos, hoje são usados em maior parte como ferramentas para melhores condições de vida da sociedade.

No Brasil, as políticas públicas vêm a se consolidar a partir dos anos de 1990, após a constituição de 1988. A partir desse momento, o estabelecimento do campo das políticas públicas no Brasil, diferente do que ocorria no exterior, se deu de forma a entender um novo tipo de Estado e de governo que, através das políticas públicas, buscava uma melhor racionalização da administração pública (Brasil e Capela, 2016).

Quando tratamos das políticas públicas de turismo é possível perceber que o setor vem sendo acompanhado com maior atenção pelos poderes públicos que passam a se preocupar em fomentar políticas de regulamentação e incentivo a atividade turística (Vieira, 2011). Essas políticas de turismo vêm em prol do melhoramento da infraestrutura básica, dos serviços turísticos, das divulgações de atrativos e da melhor condição de vida da comunidade local.

A institucionalização da atividade turística no Brasil tornou-se realidade no período do regime militar com a criação da Empresa Brasileira de Turismo EMBRATUR no ano de 1966 (Brusadin, 2002). Durante o governo Collor de Mello (1990-1992) foi instituída a Lei 8.181 /91, alterando a nomenclatura da EMBRATUR que deixa de se chamar Empresa

Brasileira de Turismo e passa a ser Instituto Brasileiro de Turismo dentre outras providências. Foi neste governo que houve a primeira política de grande magnitude do setor, visando a melhoria da infraestrutura turística, especialmente nos estados do Nordeste, o Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo (Prodetur).

Já o Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2003), baseou-se em pressupostos de desenvolvimento objetivando a inserção competitiva, a modernização, a eficácia do estado e a redução dos desequilíbrios espaciais e sociais (Brusadin, 2002). Nesse sentido, o governo FHC foi importante para que se tivesse outra visão sobre como deveria ser planejado o turismo, focando no desenvolvimento, não apenas em termos econômicos como também sociais. Durante este período surgiram decretos e leis que possibilitaram o crescimento da atividade turística.

Em 1994, é inaugurado o Programa de Municipalização do Turismo (PNMT). Criado pelo governo federal, visou estimular o desenvolvimento turístico nacional, a partir da descentralização das políticas públicas de turismo e do fortalecimento do planejamento turístico nos municípios (Brusadin, 2002). O programa buscava capacitar agentes multiplicadores locais para reconhecerem a importância do turismo no desenvolvimento socioeconômico de seus municípios, tendo sempre como ponto de referência, a necessidade de conciliação do crescimento econômico com a conservação do patrimônio natural, histórico e cultural, estimulando a participação de suas comunidades na gestão de seus próprios recursos (Trentin e Fratucci, 2011).

O PNMT foi para além de um programa de governo, transformando-se em um movimento nacional capaz de mobilizar agentes e produzir resultados, que possibilitaram avançar, abrangendo todo território nacional como estratégico para o fomento das atividades do turismo no País (Brasil, 2013). Nesse momento, começa a ocorrer o processo de descentralização do turismo, acreditando-se que, dentre as comunidades locais e municípios interioranos, havia a possibilidade de inserção da atividade turística, visando o desenvolvimento socioeconômico e a valorização da história, patrimônio cultural e natural dos municípios.

Durante o primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2007), a principal política de desenvolvimento do turismo foi o Programa de Regionalização do Turismo - PRT, uma variação mais ampla do PNMT, substituindo a escala municipal pela regional (Endres, 2008). A transição entre os programas foi realizada em 2004, com o intuito de ampliar a oferta turística brasileira, focando agora na consolidação de regiões.

Um dos objetivos centrais do PRT é a desconcentração da oferta turística brasileira, atualmente localizada predominantemente no litoral, estimulando a interiorização da atividade e a inclusão de novos destinos nos roteiros já comercializados (Fratucci, 2011). Busca-se assim, a interiorização da atividade turística em localidades consideradas não luminosas<sup>2</sup>, ou seja, desprovidas de atrativos com enfoque de sol e mar e buscando a valorização da história e cultura local como forma de atratividade.

Com isso, podemos ver a importância das políticas públicas para o desenvolvimento do turismo. Para Vieira (2011, p. 22):

A formulação de políticas públicas supõe a existência, na estrutura governamental, de um grupo de atores políticos que identifiquem os problemas (ou suas respectivas causas) para direcionar os recursos financeiros, a fim de alcançar as metas almejadas pela sociedade, a quem de fato devem se direcionar tais políticas.

De fato, é por meio dos atores, que compõem a estrutura do Estado (governo, assessores, sociedade civil, entre outros) que se pode identificar problemas existentes e assim traçar metas e estratégias para que, com a ajuda do governo, se consiga alcançar o objetivo desejado.

Diante disso, começou-se a criar grupos para tratar das questões acerca da sustentabilidade ecológica. Este era formado pelos Ministérios da Indústria, do Comércio e do Turismo, do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e pelo Instituto Brasileiro do Turismo (EMBRATUR), além de contar com a participação de diversas Organizações Não Governamentais (ONG's) (Cavalcante, 2021, p. 6).

Em 1994, uma iniciativa conjunta entre o Ministério da Indústria, Comércio e Turismo e o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, propôs as diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo. Tais diretrizes têm, desde então, norteado oficialmente o desenvolvimento do ecoturismo no Brasil (Correia, 2003), carregando consigo todas as instruções necessárias para o desenvolvimento correto do segmento.

---

<sup>2</sup> Se utiliza o termo luminoso, fazendo referência a Milton Santos, quando trata as cidades luminosas do capitalismo como sendo aquelas que recebem as benesses do mesmo (investimento privado, atenção do poder público, circulação do capital financeiro). Do mesmo modo, as cidades luminosas do turismo são aquelas que recebem a atenção do poder executivo federal, estadual e municipal, assim como concentram grandes quantias de investimento privado, como no caso das capitais dos estados nordestinos.

De acordo com o Ministério do Turismo (1994, p. 19), para se elaborar as bases para desenvolver a atividade, o primeiro passo necessário, foi conceituar o ecoturismo, o compreendendo como:

Um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas.

O segmento do ecoturismo traz consigo a missão de fazer o uso do patrimônio natural, buscando uma consciência ecológica em torno dos seus consumidores e comunidade local, tentando sempre andar em conjunto e em busca do bem-estar de todos os envolvidos.

O Brasil é um país que contém uma imensa diversidade ecológica e hospeda, em seu território, diferentes ecossistemas nos quais se destacam: Floresta Amazônica, Cerrado, Mata Atlântica, Pantanal, Caatinga, Manguezais e Zonas Costeiras. Em termos de áreas protegidas, o Brasil conta com 3,9% do território nacional sob proteção Federal na forma de diferentes categorias como Parques Nacionais, Reservas Biológicas e Estações Ecológicas, gerando um grande potencial para o segmento do ecoturismo (Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, 1994).

O Maranhão, em sendo o segundo maior estado do Nordeste, esbanja importantes atrativos turísticos, tendo um total de sete polos turísticos consolidados e três em desenvolvimento, que são: Polo São Luís; Polo Chapada das Mesas; Polo Lençóis Maranhenses (Imagem 1); Polo Delta das Américas (Imagem 2); Polo Munim (Imagem 3); Polo Floresta dos Guarás (Imagem 4); Polo Lagos e Campos Floridos; Polo Amazônia Maranhense e Polo Guajajara Timbiras e Canela<sup>3</sup>.

**Figura 1:** Alguns dos Polos Turísticos do Maranhão.

Imagem 1) Polo Lençóis Maranhenses

Imagem 2) Polo Delta das Américas

---

<sup>3</sup> Neste trabalho trouxemos imagens de alguns polos a título meramente ilustrativo, uma vez que, as informações detalhadas sobre eles são disponibilizadas no site <https://turismo.ma.gov.br/programas-ou-campanhas/polos-turisticos>.



Fonte: Rota das Emoções (2023)



Fonte: Governo do Maranhão (2023)

Imagem 3) Polo Munim

Imagem 4) Polo Floresta dos Guarás



Fonte: Governo do Maranhão (2023)



Fonte: Governo do Maranhão (2023)

Dentre os polos, destaca-se os Lençóis Maranhenses, caracterizado pelo turismo de sol e mar, contendo dunas, rios, manguezais e lagoas. É composto pelo município de Barreirinhas, Humberto de Campos, Primeira Cruz e Santo Amaro. O maior atrativo do destino é o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, onde se encontram os Pequenos e Grandes Lençóis (Abeta e Ministério do Turismo, 2009).

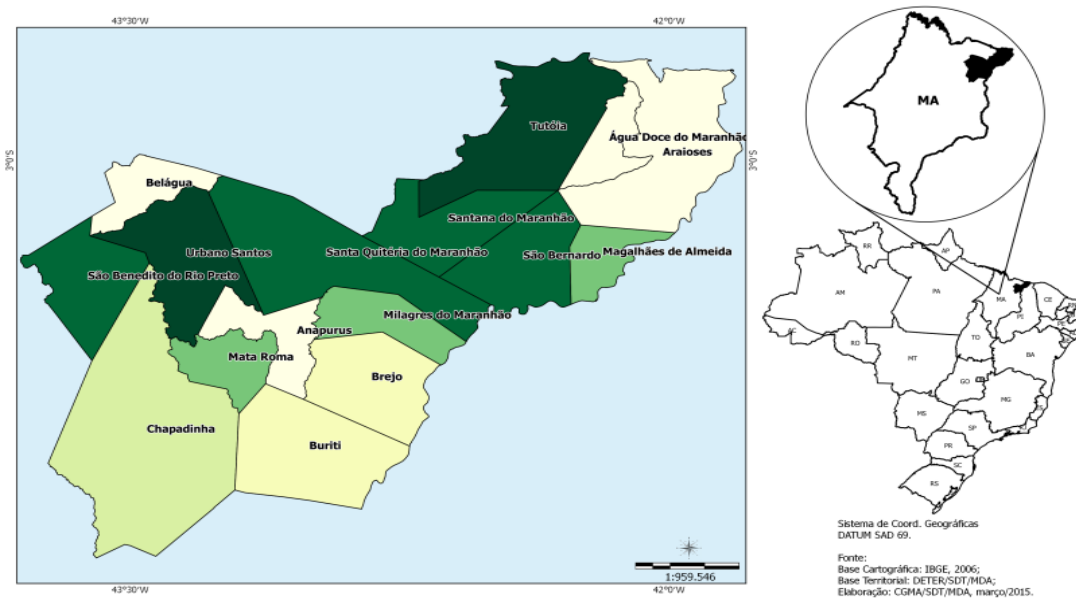
Esta foi a única região turística do Maranhão a ser selecionada pela Associação Brasileira de Ecoturismo e Turismo de Aventura (ABETA) para comercialização de produtos relativos ao ecoturismo e turismo de aventura, o que acaba por dificultar a interiorização da atividade em municípios não luminosos, pois eles não sendo oriundos do turismo de sol e mar demandam de muito mais investimentos e estudos para que a atividade aconteça da maneira correta.

A seleção da ABETA se dá tanto pela presença de aspectos naturais que valorizem os segmentos trabalhados pela Associação, bem como pela existência de empresários que possuem a capacidade de investir e se adequar às demandas impostas pela instituição e pela Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT). Além disso, a nosso ver, a concentração de segmentos da atividade turística em uma só localidade, acaba por desestimular que outros municípios, sobretudo mais distantes da capital, invistam e viabilizem a atividade turística.

## O POTENCIAL DO ECOTURISMO EM SÃO BERNARDO E REGIÃO DO BAIXO PARNAÍBA MARANHENSE

O Baixo Parnaíba Maranhense (Figura 2) é uma microrregião que pertence à mesorregião leste do estado do Maranhão, no nordeste do país (Chaves, 2022). Esta região está representada pela área drenada pelos rios Parnaíba, Preguiças, Preto, Magu e seus tributários. Representa 4,39 % da área do Estado. A mesma apresenta características naturais diversificadas, ocorrendo ecossistemas de cerrado, capoeiras, dunas e presença de manguezais na zona costeira (Lago, Araujo e Teles, 2009).

**Figura 2:** Localização dos municípios pertencentes ao Território do Baixo Parnaíba Maranhense.



Fonte: Sistema de Informações Territoriais, 2015.

O território é formado por 17 municípios: Araiões, Anápurus, Água Doce do Maranhão, Belágua, Barreirinhas, Brejo, Chapadinha, Magalhães de Almeida, Mata Roma, Milagres do Maranhão, Paulino Neves, Santa Quitéria do Maranhão, Santana do Maranhão, São Benedito do Rio Preto, São Bernardo, Tutóia e Urbano Santo (Azevedo, Dantas e Farias, 2016). De acordo com o IBGE (2022), totalizam uma população de 480.182 habitantes, sendo



Chapadinha a mais populosa com 81.339 habitantes, e Belágua a menos populosa tendo 8.504 habitantes, onde a maioria da população se concentra nas áreas rurais.

Do ponto de vista geográfico, a microrregião apresenta um bioma do tipo cerrado com presença também da caatinga e um clima predominante tropical com variações entre quente, semiárido e semiúmido. Os municípios litorâneos ou próximos às margens de rios são caracterizados com bioma tipo cerrado, e aqueles que se interiorizam possuem bioma do tipo caatinga (Coutinho e Lima, 2019). Não é possível distinguir as 4 estações climáticas do ano, pois na região há apenas um período chuvoso nos meses de janeiro a junho e um período de seca de julho a dezembro.

Para se chegar ao baixo Parnaíba por vias aéreas, pode-se desembarcar no aeroporto da cidade de São Luís/MA - Aeroporto Internacional Marechal Cunha Machado e percorrer dois principais percursos o primeiro é pela MA - 312 que conecta a cidade de Água Doce do Maranhão e o segundo é pela MA - 034 que passa pela cidade de Santa Quitéria. Há também o aeroporto da cidade de Parnaíba/PI - Aeroporto internacional Prefeito Dr João Silva Filho que fica aproximadamente 75 km de distância da cidade de Araíoses pela MA-345. Assim, a microrregião se conecta com o fluxo do turismo internacional (Coutinho e Lima, 2019).

Com relação às vias terrestres, depreende-se que os municípios de Santa Quitéria, São Bernardo, Água Doce do Maranhão e Araíoses constituem como pontos de passagem das principais rotas do estado, além de que os três primeiros possuem terminal rodoviário próprio com empresa de ônibus regular (Coutinho e Lima, 2019).

Os municípios de Água Doce do Maranhão, Araíoses, Paulino Neves e Tutóia fazem parte do Polo Turístico Delta das Américas e o município de Barreirinhas faz parte do Polo Turístico, Lençóis Maranhenses, sendo assim são cidades que possuem a atividade turística já alavancada. Por outro lado, em alguns municípios, mesmo com os vastos atributos naturais, existe pouca iniciativa por parte dos governos municipais com relação a atividade que já acontece de forma desregulada gerando assim um impacto negativo.

Poucos são os municípios que possuem secretaria de turismo (apenas Tutóia, Paulino Neves, Araíoses, Água Doce do Maranhão e Barreirinhas) e dependem da iniciativa do setor privado para o desenvolvimento da atividade. Causa nítida preocupação com essa falta de interesse do poder público já que a região está localizada dentro de dois importantes polos turísticos do estado do Maranhão.

Os Municípios de Magalhães, Santa Quitéria, Santana e São Bernardo, têm em comum alguns atrativos como festas religiosas, festas juninas e os recursos naturais, rios e lagoas, onde se encontram alguns balneários (Belisca, Águas Correntes, Rei do Peixe, Buritizal, Toca do Índio, Mirim, Buritizal) nos finais de semana e feriados há um grande fluxo de banhistas. Além disso, esses locais nas margens dos rios, dispõe de infraestrutura de bares e restaurantes ou, em algumas vezes, apenas espaço para acampar, a exemplo do Cocal, Costa e Alicia Show. Estes, por seu turno, em muitos casos, por falta de conscientização e projetos, para a atividade turística acabam sendo poluídos e degradados.

## **Resultados e Discussões**

O município de São Bernardo possui atualmente, segundo o IBGE (2022), 26.899 habitantes, com uma extensão territorial de 1.005,824 km<sup>2</sup>, cuja maioria da população se encontra no espaço rural. O município possui uma localização privilegiada, devido à proximidade com outras localidades que já vem praticando a atividade turística. Desta forma, a cidade vem ganhando reconhecimento e visibilidade dos municípios circunvizinhos (Cavalcante, 2022). E, apesar de não possuir nenhum órgão público de turismo, a atividade turística vem se expandindo aos poucos.

A cidade de São Bernardo, como já supracitado, é um ponto de passagem de turistas, e possui o Campus da Universidade Federal do Maranhão - UFMA que se encontra com cursos de licenciatura em Ciências Humanas Sociologia, Ciências Naturais química, Linguagens e Códigos Português, Linguagens e Códigos Música e de bacharelado em Turismo o que poderia facilitar a inserção ordenada da atividade no município. Desde a chegada da UFMA, várias pessoas de municípios vizinhos acabam por vir à cidade para estudar, o que gerou uma demanda por moradia e o aumento da visibilidade da cidade.

É importante frisar que, apesar de o nosso trabalho estar diretamente relacionado com a atividade de ecoturismo, a cidade de São Bernardo possui atrativos que possibilitam entender um pouco mais sobre a história da cidade e momentos de lazer, sendo assim, complementar ao segmento proposto.

Desse modo, uma possível proposta de roteiro a ser feita pela cidade São Bernardo pode ter duração de um dia, iniciando com a visita ao Santuário São Bernardo (igreja do santo padroeiro da cidade que carrega consigo valor histórico) podendo conhecer um pouco



mais sobre a escolha do nome da cidade e construção do santuário, Balneário Buriti (espaço de lazer muito frequentado por moradores da cidade) localizado às margens do rio buriti com uma infraestrutura com quadras, parquinho, pista de ciclismo e restaurante, Cantinho do Morro (trilha verde) fazendo apreciação da paisagem natural e registros fotográficos incríveis e finalizando com apreciação do pôr do sol na estátua de São Bernardo que se localiza em um dos pontos mais altos da cidade e chama atenção por sua bela vista.

**Tabela 1:** Possíveis roteiros de visitação turística do município de São Bernardo.

Lugares	Descrição	Tipos de Atividades
	<p>Santuário São Bernardo, Igreja do santo padroeiro da cidade.</p>	<p>Visitação Roda de Conversa, Aquisição de Suvenir.</p>
	<p>Balneário Buriti local para práticas de lazer.</p>	<p>Praticar atividades físicas como caminhadas, ciclismo, jogos com bola, refeições e lazer.</p>

	<p>Estátua de São Bernardo.</p>	<p>Visitação, apreciação da paisagem e lazer.</p>
---	---------------------------------	---

Fonte: Autor, 2023.

**Figura 3:** Vista da cidade de São Bernardo



Fonte: Milena Meireles Alves, 2023.

No que diz respeito ao ecoturismo, um dos atrativos da área natural da cidade é o rio Buriti, que banha o município e alguns de seus povoados. As pessoas que moram na localidade procuram como lazer esse tipo de atrativo por conta do clima que é de extremo calor. Para se refrescar optam por pontos de banho que se encontram ao longo de todo o rio.

A vegetação ao entorno se caracteriza como tipo Cerrado, com plantas de baixa estatura, arbustos e contendo grandes raízes, sendo planta característica da região a Carnaúba. A típica vegetação do Cerrado se caracteriza pelos troncos tortuosos, baixo porte, ramos retorcidos, cascas espessas e folhas grossas (Medeiros, 2011). Uma bela paisagem sendo ideal para a realização de caminhadas em meio a natureza aprendendo sobre como se comportar no meio natural, as chamadas *hiking*<sup>4</sup> (Figura 3)<sup>5</sup>.

**Figura 4:** Vegetação da área urbana da cidade de São Bernardo



Fonte: Milena Meireles Alves (2023)

Fonte: Milena Meireles Alves (2023)

O *hiking* é mais acessível, rápido e não dura mais de um dia. Para exemplificar de forma simples, este pode ser considerado um bate e volta na trilha. Não é necessário carregar equipamentos de acampamento ou grandes mochilas (TEISEN, 2017).

A cidade de São Bernardo possui áreas que poderiam ser exploradas para a prática desta atividade. Dentre elas, está a Trilha Verde como é conhecida pela comunidade, que consiste em um percurso de curta duração, podendo chegar a uma hora de caminhada, localizada na área urbana da cidade.

Tem sua entrada na rua Travessa Vitorino Freire, sentido ao bairro Abreu tendo como destino o Cantinho do Morro ou Casa de Pedra/Casa Verde, como é comumente chamada por moradores, que é uma área privada, pode ser visitada com a autorização do caseiro do local, que chama a atenção por sua arquitetura de pedra e percurso fechado por vegetação, deixando o lugar com uma beleza rústica. A trilha é finalizada com um banho de rio (Figura 4).

<sup>4</sup> Faz-se necessário frisar que o *hiking* também é praticado no turismo de aventura. O que diferencia a atividade de ecoturismo para o turismo de aventura é a distância, a intensidade e a intenção daquele que pratica. O ecoturismo é de baixa intensidade, realizado por não praticantes de esportes e possui interesse contemplativo.

<sup>5</sup> As duas fotos foram tiradas na área urbana da cidade, no Bairro Abreu.



**Figura 5:** Percurso da trilha verde



FONTE: Milena Meireles Alves, 2023.

A residência se encontra sem moradores há um longo período de tempo, sendo cuidada por um caseiro que reside há alguns quilômetros antes da casa. Segundo ele, os donos fizeram essa casa com o intuito de passar finais de semana afastados da cidade, mas que não frequentavam e acabou ficando um pouco deteriorada. Atualmente o local está em reforma.

Outra possibilidade a ser explorada é a Trilha da Cachaça que está localizada entre a BR MA-034 e a zona rural da cidade de São Bernardo-MA. É um percurso que abrange dois povoados, São Raimundo e Santo Antônio, tendo média duração, uma média de quatro horas. Os povoados são reconhecidos por serem grandes produtores da cachaça e do caldo de cana.

A região também se destaca como patrimônio histórico-cultural, haja vista o seu passado remeter-nos ao período escravagista (Cavalcante, 2021). O percurso consiste em apreciação da paisagem natural, engenhos e construções antigas, além de poder fazer a degustação e compra dos produtos naturais (cachaça, caldo de cana, rapadura, farinha, goma)

Submetido: 12 de setembro de 2023    Aceito: 21 de dezembro de 2023    Publicado: 28 de janeiro de 2024  
Infinitum Revista Multidisciplinar, v. 6, n. 11, Jul/Dez., 2023, p. 44 – 68.

feitos por moradores da região. A trilha é finalizada na ponte Santo Antônio, com um banho ou piquenique para apreciar a natureza (Figura 6).

**Figura 6:** Percurso da trilha da cachaça



FONTE: Milena Meireles Alves, 2023.

No que diz respeito à inserção do turismo levando em consideração os aspectos sustentáveis é importante ressaltar algumas ameaças, tais quais: i) a falta de saneamento básico; ii) a ausência de conscientização da população acerca do descarte indevido de lixo em qualquer ponto da cidade; iii) o lixo; e iv) a falta de interesse da gestão municipal pela atividade turística, a nosso ver, uma das mais graves. Com isso sente-se falta de projetos e propostas voltadas às

Submetido: 12 de setembro de 2023    Aceito: 21 de dezembro de 2023    Publicado: 28 de janeiro de 2024  
Infinitum Revista Multidisciplinar, v. 6, n. 11, Jul./Dez., 2023, p. 44 – 68.

questões ambientais feitas constantemente durante o ano e não apenas no dia do meio ambiente, de uma secretaria de turismo, de o fenômeno do turismo ser aceito e reconhecido sua importância para a cidade no âmbito social, cultural, econômico e ambiental.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao decorrer de toda a pesquisa foi possível perceber que o ecoturismo é um segmento muito criterioso, no qual existem uma série de regras que precisam ser seguidas para sua comercialização acontecer, sobretudo no que diz respeito à infraestrutura, suporte ao turista, transporte, sinalização e divulgação. Dessa maneira, há um longo caminho a ser percorrido em busca de sanar lacunas existentes na região do baixo Parnaíba Maranhense para a atividade acontecer de fato, tais quais: i) o desinteresse dos poderes executivos locais, no turismo; ii) efetivar estruturação política da atividade (Conselhos Municipais, Secretarias de Turismo, verbas destinadas para a área); iii) investimento de infraestrutura básica, como coleta de lixo e saneamento; iv) sinalização dos pontos turísticos importantes para os municípios; v) capacitação profissional para a recepção de turistas; vi) comercialização dos produtos e serviços turísticos.

É importante ressaltar que, de acordo com Uvinha (2008), o perfil do ecoturista, em relação ao poder econômico, é de classe média alta. São pessoas dispostas a pagar mais caro para estar em meio a natureza, o que pode ocasionar na elevação dos preços de alguns produtos como, água mineral, remédios e preços de comidas em restaurantes e lanchonetes, fazendo com que a comunidade local possa vir a sofrer esse impacto negativo caso não seja inserida em meio a atividade.

A cidade de São Bernardo é uma cidade pequena, onde mesmo em seu espaço urbano, o rural está inserido e, mesmo não sendo uma cidade luminosa que venha a se constituir de turismo de sol e mar, assim como outras do estado do Maranhão, possui ricos espaços potenciais para a atividade, o que pode auxiliar na tentativa de eliminar alguns problemas ambientais já existentes na cidade. É importante mencionar que, embora este segmento possua atenção das classes médias e altas, estas não estão em busca de elementos que remetem à modernidade, mas daquilo que está relacionado à natureza, sua rusticidade.

Havendo o interesse do poder público em uma parceria com a Universidade e Curso de Turismo, professores, alunos e turismólogos já formados podem ajudar na elaboração do

projeto de implementação da Secretaria de Turismo no município, uma vez que esta poderia elaborar políticas públicas para o segmento, em parceria com outras secretarias, como a de Meio Ambiente.

Com a inserção do turismo, projetos voltados à consciência ambiental poderiam começar a ser implantados na cidade, ofertando cursos de artesanato, culinária, entre outros, com o intuito de uma possibilidade de renda extra à comunidade local. Outra possibilidade seria estabelecer com a prefeitura possibilidades de fomentar os projetos voltados para a educação ambiental já existentes no município, utilizando das trilhas e dos espaços naturais para o processo educativo, assim como também para o reconhecimento e valorização dos patrimônios naturais, materiais e imateriais.

Com isso acredita-se que a região do Baixo Parnaíba Maranhense, tem potencial e profissionais capacitados para chegar no grau de excelência (estudos precisam ser feitos melhorar acesso de transportes, sinalização, divulgação infraestrutura, suporte ao turista) transporte exigido pelo Ministério do Turismo para a inserção do segmento do ecoturismo acontecer.

O fenômeno do turismo vai muito além de viagens e lazer. Com o turismo pode-se reestruturar cidades, fazer com que a economia cresça, valorizar a cultura local, fornecer treinamentos e cursos a comunidade, gerar novas fontes de renda entre outros, há mundo de possibilidades a ser explorada com o turismo e o que falta é pôr em prática o bom planejamento da atividade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABETA. Ministério do Turismo. **Diagnóstico do Turismo de Aventura no Brasil**. Ed. dos Autores. Belo Horizonte, 2009.

ARANTES, Adriana Rocha Vilela. Políticas Públicas: Concepções e Propósitos. **REV. Magistro de Filosofia**, Anápolis, 2018.

AZEVEDO, James Ribeiro de; FARIAS, Maryzélia Furtado de; DANTAS, Jussara Silva. **ANÁLISE SOBRE A POLÍTICA TERRITORIAL NO BAIXO PARNAÍBA-MA**. 2016.

BRASIL, Felipe Gonçalves; CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. Os estudos das políticas públicas no Brasil: passado, presente e caminhos futuros da pesquisa sobre análise de políticas. **Revista Política Hoje**, v. 25, n. 1, p. 71-90, 2016.



BRASIL. Ministério do Turismo. **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo**. EMBRATUR, Brasília, 1994.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas**. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo Diretrizes**. Brasília, 2013.

BRUSADIN, Leandro Benedini. Política e Planejamento do Turismo: Avaliação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo. **Uni-FACEF, São Paulo**, 2002.

CABUGUEIRA, Artur. A importância econômica do turismo. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, v. 2, n. 2, p. 97-104, 2005.

CHAVES, Harrison de Oliveira. **A gamificação como estratégia de promoção do turismo no Baixo Parnaíba maranhense**. 2022.

CAVALCANTE, Igor da Luz. **O Turismo de Aventura em São Bernardo, Região do Baixo Parnaíba Maranhense: o Cicloturismo como Possível Indutor da Diversificação Econômica e Desenvolvimento Social**. São Bernardo, 2022.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CORREIA, Celecina Barros da Silva. **Evolução do ecoturismo no Brasil: de 1993 a 2003**. 2003. 83 f. Monografia (Especialização em Ecoturismo)-Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

COUTINHO, Ana Catarina Alves; LIMA, Mayana Virginia Viégas. **Inventário e diagnóstico turístico: microrregião do Baixo Parnaíba Maranhense**. Novas Edições Acadêmicas, 2019.

ENDRES, Ana Valéria. Políticas de turismo, desenvolvimento e o papel do estado: cenários e inquietações. **Em tese**, v. 5, n. 1, p. 74-97, 2008.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico, 2022**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html>. Acessado em: 23 de maio de 2023.

LAGO, Willinielsen Jackieline Santos; ARAÚJO, E. P.; TELES, Mércia Gabriely Linhares. Vulnerabilidade natural à erosão na Região do Baixo Parnaíba-Ma. **Anais XIV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto. Natal, Brasil**, p. 3975-3980, 2009.

MADEIRA, Lígia et al. Os estudos de políticas públicas em tempos de pandemia. Publicado pelo Blog Dados – **Revista de Ciências Sociais**. <https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-os-estudos-de-politicas-publicas-em-tempos-de-pandemia/>. Publicado no dia 17 de abril de 2020. Acesso em 06 de julho de 2023.



MEDEIROS, J. de D. **Guia de campo**: vegetação do Cerrado 500 espécies. 2011.

NOVAES, Washington. Eco-92: avanços e interrogações. **Estudos avançados**, v. 6, p. 79-93, 1992.

PIOVESAN, Armando; TEMPORINI, Edméa Rita. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Revista de saúde pública**, v. 29, p. 318-325, 1995, acesso em 12 de junho de 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/fF44L9rmXt8PVYLNvphJgTd/?fo>.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição**. Editora Feevale, 2013.

RAM, REV. ADM. MACKENZIE, V. 12, N. 3, Edição Especial • SÃO PAULO, SP • MAIO/JUN. 2011 • p. 13-20 • ISSN 1678-6971.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias. **Porto Alegre, ano**, v. 8, p. 368-375, 2006.

TEISEN, Thais. **Você sabe qual é a diferença entre trekking e hiking**. Disponível em: <https://blog.thenorthface.com.br/curiosidade/voce-sabe-qual-e-a-diferenca-entre-trekking-e-hiking/>. Acessado em: 13 de junho de 2023.

TRENTIN, Fábila; FRATUCCI, Aguinaldo César. Política Nacional de Turismo no Brasil: da municipalização à regionalização. **Tourism & Management Studies**, v. 1, p. 839-848, 2011.

UVINHA, R. R. Tendências para o Turismo de Aventura no Cenário Nacional. In: \_\_\_\_\_ . (Org.). **Turismo de Aventura: Reflexões e Tendências**. São Paulo: Aleph, 2005, p.: 269-300.

VIEIRA, Aline Rodrigues Mendes. **Planejamento e Políticas Públicas de Turismo**: análise dos módulos operacionais do Programa de Regionalização do Turismo no Pólo São Luis–MA. 2011.